

pois de lida, submetida à apreciação Plenária, será, digo, aprovada, será aprovada para que produza seus efeitos legais.



Ata da Quinta Reunião Ordinária do Primeiro Período Legislativo do ano de mil novecentos e noventa e um (1991), realizada em cinco de março do ano em curso.

As dezesseis horas do dia cinco de março de mil novecentos e noventa e um (1991), sob a Presidência do Vereador Aires Silva da Rocha, e com a ocupação da primeira e segunda Secretarias pelos Vereadores Marcos Valério Corrêa de Sant'Anna e Josénilso Pacheco Filho, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Aires Berra de Figueiredo, Adailton Pinto de Andrade, Benildo Mota, Carlos Roberto Silva, Carlos Roberto Nogueira dos Santos, Dixley Pereira da Silva, Félix da Costa Gomes, Jânio dos Santos Mendes, José Oscar Elias, Jânio dos Santos Mendes, Osmar Sampaio da Silva, Orlando da Silva Pereira, Valfredo Santos Silva e Walmir Rodrigues de Lacerda. Havendo número regi-

mental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir foram lidas e aprovadas as seguintes Atas: Ata da Terceira e Quarta Reuniões Ordinárias do Primeiro Período Legislativo. A seguir, o Senhor Presidente convidou o Vereador Félix da Costa Gomes para fazer a Leitura do Texto Bíblico, convidando a todos que ficassem de pé. Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor Presidente determinou ao Senhor Primeiro Secretário a Leitura do EXPEDIENTE, que constou do seguinte: Projeto de Resolução nº 003/91 de autoria dos Vereadores José Oscar Elias e Wilmar Monteiro - Assunto: Fica considerado de Utilidade Pública Municipal o Sindicato dos Advogados da Região dos Lagos; Requerimento nº 018/91 de autoria do Vereador Orlando da Silva Pereira, requerendo envio de Expediente ao Exmº Senhor Prefeito Municipal, solicitando informações quanto a empresa BRAS-FISH; Requerimento nº 019/91 de autoria do Vereador José Oscar Elias, requerendo envio de Expediente ao Exmº Senhor Prefeito Municipal; Requerimento nº 020/91 de autoria do Vereador José Oscar Elias, requerendo informações ao Exmº Senhor Prefeito Municipal; Indicação nº 003/91 de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Lacerda, indicando ao Exmº Senhor Prefeito Municipal, providências no sentido de que viabilize o recapeamento asfáltico da Rua Inglaterra, Jardim Caiçara; Indicação nº 005/91 de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Lacerda, solicitando ao Exmº Senhor

Prefeito Municipal, recapeamento asfáltico da Avenida Bispo Almir dos Santos, e Requerimento nº 021/91 de autoria do Vereador Jânio dos Santos Mendes, requerendo Moção de Desagravo dirigido ao Colégio Santa Rita e sua Diretora Professora Aleté Rosa Castanho. Terminada a Leitura do EXPEDIENTE, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado para o uso da Tribuna. Fez uso da Tribuna como primeiro orador inscrito o Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, do PSB, que de início reiterou pedido no sentido de que o Presidente intercedesse junto aos Presidentes das Comissões Permanentes, para que fosse comunicado as datas e horários das reuniões, porque muitos Vereadores tinham interesse em acompanhar tais trabalhos e como Líder de Bancada tinha direito assegurado para ter voz nos debates. Abordou a seguir, reunião havida no dia anterior, na Câmara, com a participação de Vereadores, a Secretária Municipal de Saúde, a Assessora da Secretaria Ora. Dayse, a Direção do Hospital Santa Isabel, na figura do Dr. Marcos Couto, o Presidente da Associação Médica da Região dos Lagos, Dr. José Marcos, o representante da Associação Médica Brasileira na Região, Dr. Trapoã Pimenta e a Administradora do Hospital Santa Isabel, Ora. Aparecida. Disse que naquela oportunidade havia sido discutido o fechamento do Hospital Santa Isabel de Cabo Frio, em virtude do repasse de verbas SUS, através da Secretária Municipal de Saúde, ser insuficiente para as atividades do no-

28

rômico. Prossequindo, disse que a reunião fora marcada por acusações de ambas as partes, mas que naquele instante, mais sereno, e assim com isenção podia ter algumas conclusões, afirmando que o encontro fora proveitoso e com os Vereadores presentes tendo tomado conhecimento das alegações da Secretaria Municipal de Saúde, como do Hospital Santa Isabel, e que assim sendo haveria um desdobraimento dos entendimentos, com a convocação da Secretária Municipal de Fazenda, e que pudesse ser explicada qual a situação das verbas dirigidas a área da saúde, ou seja qual a sua distribuição. Adiante, disse ter solicitado durante a reunião, a Administradora do Hospital Santa Isabel, que fosse mostrado em próximo encontro, o balancete da instituição, na medida em que era necessário ser verificado se estava havendo ou não defasagem nos custos do Hospital, e que assim pudesse haver uma avaliação correta. Ainda sobre a situação do Hospital, disse que nos meses anteriores eram repassadas verbas de até Cr\$20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) por mês, para consulta ambulatorial, ou seja, não havia a caracterização de emergência, com o próprio Hospital reconhecendo que era uma verba acima das necessidades operacionais e que estava sendo utilizada também para cobrir a defasagem do doente deitado, ou seja, do doente internado, ou mesmo do pronto socorro. Disse ainda, que se quando informações da Direção do Hospital, a

verba repassada pelo INAMPS não era suficiente para cobrir as necessidades no tocante ao paciente internado, e mais, todos eram testemunhas que o Hospital estava necessitando de grandes reparos no seu prédio e ainda necessitando de novos equipamentos, e que com o repasse da verba de Cr\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de cruzeiros), o Hospital sofrera grandes obras e equipamentos haviam sido adquiridos. Ponderou que o Hospital Santa Isabel tinha que ser olhado de maneira muito especial, tanto pelo Poder Público, como pelo empresariado e classe política, isto porque era o Hospital que atendia não apenas a Cabo Frio, mas a toda Região dos Lagos. Considerou ser justo que o INAMPS repassasse acima do teto, as verbas para que o Hospital pudesse ser reformado, mas, como a Secretaria Municipal de Fazenda ficara encarregada de repassar as próximas verbas, ou seja, não havendo mais a participação do Governo Federal, e sim do Estado e conseqüente repasse para as Secretarias Municipais, ocorrera um corte drástico de verba, e que de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) a instituição municipal ficara com Cr\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de cruzeiros) e que outros Cr\$ 13.000.000,00 (treze milhões de cruzeiros) a Secretaria Municipal de Saúde optara por repassar para outras entidades prestadoras de serviços, entre elas o Hospital Santa Isabel que recebera Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) e que segundo cálculos da Senhora Secretária de Saúde, caberia ao Hospital no máximo Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de

cuzeiros). Disse adiante, que assim ficara criada e impasse com o Hospital Santa Isabel indagando porque era R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões) não eram suficientes e a Secretária afirmava que era R\$ 3.000.000,00 (três milhões de cuzeiros) bastavam. Disse que diante de tal quadro, ocorria a mesma coisa dos meses anteriores, visto a reforma do Hospital não estar terminada, como também a compra de equipamentos, daí, a necessidade de mais recursos financeiros, segundo afirmações do Hospital e que aos Vereadores, interessava ver a planilha de custos do nasôconio. Considerou curioso quando a Secretária de Saúde queixava-se na reunião, que da mesma forma que os Hospitais, Clínicas e Laboratórios eram tratados pelo INAMPS, assim também era o tratamento recebido pelo Município através do Governo Federal, ou seja a Prefeitura como mera prestadora de serviços a exemplo de hospitais e similares, quando na realidade a Prefeitura não era prestadora de serviços, mas sim, parte integrante de todo o Sistema Único de Saúde e que podia contratar prestadoras de serviços. Dando prosseguimento ao seu discurso, disse que em sua residência após a reunião, raciocinara que a Prefeitura, através da Secretária de Saúde, atuava como uma prestadora de serviços, e assim não investia recursos próprios, pois ao menos a Municipalidade deveria repassar era R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cuzeiros), e assim era covete o tratamento do Governo Federal, e mais, que em passado recente a Prefeitura mantinha seu sistema de

saúde sem ajuda de verbas repassadas especificamente. Argumentou ainda suas conjecturas quanto a implantação de SUS, de que determinados Prefeitos não mais investiriam em saúde, e que ocorria de maneira clara em Cabo Frio, e que embora a obrigatoriedade de repasse de sete por cento, pela Lei Orgânica, tal não acontecia, e que nos dois primeiros meses do ano, segundo a Secretária de Saúde apenas R\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) haviam sido repassados pela Prefeitura, ou pouco mais, e assim mesmo para obras assistenciais. Considerou que o discurso da Secretária de Saúde e da sua Assessora fora inconsequente, pois se a Prefeitura tinha condições de prestar assistência médica a população, em todos os níveis, não via porque o repasse de verbas para o Hospital, e mais, que deixando de investir na saúde, não entendia os argumentos em defesa de serviço público, quando era latente que a Prefeitura não tinha tal direcionamento. Pregou a seguir um tratamento diferenciado para o Hospital Santa Isabel, com a perfeita avaliação dos seus custos, na medida em que a frente da instituição existiam pessoas de respeito e que desejavam o melhor para Cabo Frio, encerrando a seguir sua fala. A seguir ocupou a Tribuna o Vereador Jânio dos Santos Mendes, que inicialmente manifestou seu total apoio ao discurso do Vereador Carlos Roberto Nequeira dos Santos com relação a questão da saúde no Município e a situação do Hospital Santa Isabel em tal contexto, falando a seguir da importância da Câmara Municipal ao provocar

tal discussão, na medida em que considerava ser inadmissível que tal quadro, dos mais graves, pudesse passar em branco sem que responsabilidades fossem assumidas, parabenizando a Casa que por sua representação fora digna ao abordar o assunto, junto aos segmentos envolvidos. Abordou a seguir visita que fizera a Bairros como Boca do Mato e Jacaré, tendo a oportunidade de conhecer área onde o Prefeito pretendia construir casas populares, alertando a Casa que fundamentalmente era necessário que as atenções do Poder Público fossem dirigidas para as condições sub-humanas de vida das pessoas que residiam em aglomerados periféricos, quando existiam condições mínimas de higiene para tais pessoas, pois a pobreza era flagrante. Disse também que o anúncio de construção das casas, deflagrara uma corrida de pessoas de todos os quadrantes do Estado, procurando inscrição, como tivera oportunidade de comprovar através de contato com pessoas em seu Gabinete, e assim, quando a Casa fosse analisar o Projeto de Casas populares, deveria evitar a construção de mais bairros populares condenados a miséria no Município de Cabo Frio, voltando os olhos para os que já viviam em completa miséria. Enfocou a seguir a questão da saúde no Município, afirmando que o quadro se agravava, porque era fruto da miséria absoluta em que viviam seres humanos no Jacaré, em Boca do Mato, e que falta a Administração Pública quando deixava de implementar equipamentos primários ao

abandonar manilhas e valas abertas em tais bairros, e assim mais do que nunca era necessário que se construísse um Município novo, com as prioridades sendo alcançadas com o planejamento das ações administrativas e a responsabilidade no trato da coisa pública o que inexistia em Cabo Frio, lamentavelmente, frisou. Protestou contra o que considerava manobras elitizantes e que condenavam Cabo Frio a um crescente processo de favelização, colocando em risco o que considerava a alavanca do progresso de Cabo Frio que era a indústria do turismo, e que primordialmente era necessário que a qualidade de vida em Cabo Frio também fosse preservada por imperativo da autoridade pública. Prosseguindo, falou de Moção de Desagravo, a ser apreciada naquela reunião, de sua autoria, e dirigida a Escola Santa Rita, atingida por comentários deprimentes em programa da Rádio Globo do Rio de Janeiro, afirmando que toda a sociedade cabofriense era testemunha do trabalho dedicado da Professora Arlete Castanho, ao longo de vinte e quatro anos de lutas, encerrando a seguir sua fala. Não havendo mais Vereadores para fazer uso da Tribuna, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado a "ORDEM DO DIA", que consiste do seguinte: Foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Resolução nº 003/91 de autoria dos Vereadores José Oscar Elias e Wilmar Monteiro; Aprovado o parecer da Comissão de Redação Final para os seguintes Pro-

jetos: Projetos de Resolução n.º 010/90 e 008/90; Projetos de Lei n.ºs 039/90; 037/90; 032/90 e 020/90. Aprovados os seguintes Requerimentos: n.ºs 018/91; 019/91; 020/91 e 021/91. Aprovadas as seguintes Indicações: n.ºs 003/91 e 005/91. Terminada a 1.ª ORDEM DO DIA, o Senhor Presidente franqueou a palavra aos Vereadores para EXPLICAÇÃO PESSOAL. Nesta etapa fez uso da palavra o Vereador Dixley Pereira da Silva, que de início disse considerar de maior importância o debate havido no dia anterior na Câmara, quanto a questão da saúde em Cabo Frio, seus desdobramentos com relação ao Hospital Santa Isabel. Adiante, disse que embora alguns problemas de ordem pessoal, a reunião no seu todo alcançara pontos positivos e assim considerou importante a participação do corpo legislativo quanto a tal situação. Disse a seguir que era grave o quadro da saúde, não apenas em Cabo Frio, mas em todo o Brasil, e assim o Hospital Santa Isabel era um reflexo, mas considerou absurda colocação de proprietários de Hospitais e Casas de Saúde, propondo a desativação dos ambulatórios da Rede Municipal e também Postos de Saúde, o que só viria atender a iniciativa privada, que desejava também como de certo os favorecimentos para a área da educação, o que era inaceitável para os partidos de esquerda que defendiam tais modelos, e que na Câmara assumiam a postura de defensores de mais dinheiro para uma meia dúzia de interessados. Disse que gostaria de ver Vere

dores defendendo o Hospital dos Servidores que passava por difícil situação, também da mesma forma como gostaria que dependessem a irremediável situação dos servidores. Adiante, disse entender que a Secretaria Municipal de Saúde deveria achar uma fórmula para conciliar a situação, mas não entendia e não aceitava fazer isso com a iniciativa privada que durante muitos anos fizeram fortunas a custa da Previdência Social e nada mais fizeram de proveitoso quanto a área da saúde, encerrando a seguir sua fala. A seguir ocupou a Tribuna o Vereador Félix da Costa Gomes, que sobre a questão da saúde, parabenizou o Vereador que o antecederia, argumentando que sempre tivera receio dos homens de branco e que sempre fizera do seu veículo ambulância para atender aos enfermos do 3º Distrito, e como não bastasse o seu sacrifício pessoal, tinha que enfrentar grandes dificuldades nos Hospitais. Disse a seguir que não participara da reunião sobre a saúde, por questão de doença, pois cedera seu veículo para levar uma senhora para o Município de Campos para se submeter a exames. Com relação ao Posto de Saúde de Búzios, disse que a Diretoria nunca prestara contas, através dos Senhores Otávio Raja Gabaglia e Osman Carneiro, e agora depois que a SUS reduzira a verba do Posto a R\$ 100,00 (cem cruzeiros) por mês, a Diretoria tinha a coragem de convocar a comunidade para participar da Administração do Posto e que atualmente, estava sem médicos, sem

água, sem luz e com um débito de mais de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), e que assim sendo agora convidavam o povo para participar do caso, enquanto durante anos com grande verba a comunidade nunca tivera conhecimento das contas. Denunciou também que para suprir a falta de apenas dois médicos que atendiam em Hospital particular em Búzios, eram obrigados mandar médicos para Mangueiras porque o Ambulatório estava praticamente desativado. Lamentou a seguir, que naquele momento estivesse sendo realizada reunião em Praça Pública através do Administrador de Búzios, Wilmar Mureli, tentando convencer a comunidade para que pudesse ser vendida parte da Praça onde estava o Coreto para uma firma de turismo, considerando lamentável a atitude do Administrador, transferindo um local de lazer para uma empresa de turismo, infringindo inclusive a Lei Orgânica do Município, no capítulo do Meio Ambiente, pois desfigura uma Praça Pública e outras implicações. Disse que deixava apelo para que o Vereador que o antecedera, por suas ligações com o Prefeito, pudesse contornar tal situação antes que o Administrador Wilmar Mureli levasse a efeito suas intenções, encerrando a seguir sua fala. A seguir fez uso da palavra o Vereador Osmar Sampaio da Silva, que de início disse ser lamentável que iniciativas de Vereadores, preocupados com a questão da saúde no Município, pudesse causar contrariedades a alguns. Adiante disse que Vereadores já iden

ficados com a questão, das mais graves, haviam tido a oportunidade de visitar o Hospital Santa Izabel e também a Secretaria Municipal de Fazenda e depois de tais contatos haviam tido a dignidade de realizarem na Câmara um debate com os segmentos envolvidos, com a apreciação da versão do Hospital Santa Izabel e da Secretaria Municipal de Saúde. Condenou a requer Vereadores que tentavam buscar colocações para fugirem dos compromissos assumidos com os cidadãos do Município, deixando a requer bem claro que não havia sido o PDT ou o PSB que haviam implantado em Cabo Frio a privatização para atender a outros interesses, citando como exemplo a firma Desert que ganhava todas as concessões da Secretaria Municipal de Saúde, da mesma forma como não eram os partidos citados que desviavam recursos para propaganda em televisão, e muito menos desviavam recursos para pagar a TV gaúcha e a jantares quando da estadia do Prefeito no Rio Grande do Sul. Disse que ficava registrado o seu protesto, na medida em que não eram também o PDT e o PSB que haviam fechado o Hospital do IBASCAF e ainda, que por omissão o Poder Executivo permitia que equipamentos de Raios X, comprado com verba federal se estragassem nos depósitos da Secretaria Municipal de Saúde, encerrando a requer sua fala. A requer fez uso da palavra o Vereador Walmir Rodrigues de Paçada, que abordou inicialmente a questão da saúde em Cabo Frio, parabenizando os Vereadores que articularam o encontro havido na Câmara Municipal para o debate de tal situação.

A seguir disse que não queria polemizar e nem
fazer críticas, o que não considerava oportuno,
pois respeitava a opinião de todos, mas ouvira
com muita atenção a explanação dos repre-
sentantes dos Hospitais e Clínicas, sobre como
era gerido o sistema de saúde em Cabo
Frio, apontando distorções e acreditava que
os representantes da Secretaria Municipal de
Saúde, haviam absorvido as críticas para
que em breve fossem corrigidas as distorções.
Disse também que o agravamento da questão
saúde era consequência do estado de mi-
séria em que se vivia na América Latina,
quando se avolumavam os registros de in-
úmeras epidemias. Falou a seguir de comentá-
rio do Prefeito de Arcaial do Cabo, quando es-
tivera presente no Encontro de Secretários Mu-
nicipais de Saúde, afirmando que o seu Mu-
nicipio iria pagar os funcionalismo no dia
vinte e cinco de fevereiro, argumentando que
era fácil os Municípios vizinhos terem suas
funções normalizadas, pois tinham em Cabo
Frio o suporte para as necessidades de saúde,
embora todos necessassem também os recursos
do SUS e não aplicavam na rede pública de
saúde, e que assim sendo entendia que ha-
via uma acomodação das autoridades do Mu-
nicipio quanto a tal situação. Ponderou a se-
guir ser importante que em próxima reu-
nião participassem Secretários de Saúde da
Região dos Lagos, para que assim fosse sen-
tida as necessidades de Cabo Frio, e tal-
vez a solução fosse um consórcio na área
de Saúde, como sugestão do Vereador Jânio

dos Santos Mendes, encerrando a seguir sua fala. Não havendo mais Vereador que desejasse fazer uso da Tribuna em EXPLICAÇÃO PESSOAL, o Senhor Presidente Beyr Silva da Rocha disse o seguinte: Ontem, ficamos incumbidos de procurarmos detalhes dados sobre a participação financeira da Prefeitura junto a Secretaria de Saúde. Nós informamos aos Senhores Vereadores que já temos os dados em mãos, e se assim entenderem os Ilustres Pares, faremos uma reunião no Gabinete da Presidência. A Presidência informa também a Casa que no transcorrer desta sessão, recebeu o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento, referente as contas da Prefeitura Municipal referente ao exercício de 1986. Por exiguidade de prazo a Presidência não concederá vista no processo. No entanto, durante esta semana o parecer e o processo ficarão a disposição em nosso Gabinete. A Presidência colocará em apreciação o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento na Reunião da próxima terça-feira dia 12 (doze) do corrente. E para contar, mandou, retifico, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Reunião em nome de Deus. E para contar, mandou que se lavrasse a presente Ata que depois de lida, submetida a apreciação Plenária, aprovada, será assinada parg que produza seus efeitos legais.

Beyr Silva da Rocha
 Presidente